



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Comissão do Plano e Orçamento

Relatório da visita de trabalho da CPO às Províncias das Zonas Centro e Norte

29 de Agosto a 18 de Setembro de 2021

Maputo, Outubro de 2021

FICHA TÉCNICA:

Título: Relatório da visita de trabalho da CPO às Províncias das Zonas Centro e Norte

Coordenação geral: Secretariado da Comissão do Plano e Orçamento

Presidente: António Rosário Niquice

Relatório das Visitas de Trabalho às províncias das zonas norte e centro do país, pelos deputados da Comissão do Plano e Orçamento, no âmbito da fiscalização parlamentar.

Maputo, Outubro de 2021



ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO.....	4
Composição dos grupos de trabalho:	4
Locais Visitados.....	5
Actividades realizadas	5
II. APRECIÇÃO GERAL DO DESEMPENHO DAS PROVÍNCIAS	6
III. CONSTATAÇÕES.....	7
Sessões com os Conselhos Executivos Provinciais	7
Reunião com os Conselhos dos Serviços Provinciais de Representação do Estado (CSPRE)	8
Reuniões com as Assembleias Provinciais.....	10
Reuniões com os Governos Distritais alargado aos Conselhos Consultivos Distritais (CCD)	10
Encontro com os Conselhos Autárquicos	12
Encontro com os Agentes Económicos e Organizações da Sociedade Civil (OSC) ..	14
Visitas a instituições públicas e privadas, bem como empreendimentos económicos e sociais	18
IV. RECOMENDAÇÕES	21
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22

I. INTRODUÇÃO

No âmbito das competências que lhes são conferidas pelo Regimento da Assembleia da República e no cumprimento do Plano de Actividades, organizada em dois grupos de trabalho, a Comissão do Plano e Orçamento (CPO) efectuou uma visita de trabalho às Províncias das zonas centro e norte do País, no contexto da actividade parlamentar de fiscalização e supervisão ao segundo ano da implementação das acções do Governo no quadro da operacionalização do Programa Quinquenal do Governo 2020-2024.

Composição dos grupos de trabalho:

Zona Centro

1. António Rosário Niquice - Presidente da CPO
2. Cernilde Amélia Muchanga- Vice-Presidente
3. Carlos Manuel – Vice- Relator
4. Marquita Alexandre Loforte Jaime- Membro
5. Sábado Chombe – Membro
6. Faizal António- Membro
7. Mustagibo Atimo Bachir - Membro
8. Fernando Bismarque Ali - Membro
9. Abdala Luis – Assistente da CPO
10. Claive Juizo – Consultor da CPO



Zona Norte

1. José Manuel Samo Gudo – Relator da Comissão;
2. Muanarera Abdala- Membro;
3. Abdul Gafur M. H. Issufo- Membro;
4. Edson J. Calisto Nhangumele- Membro;
5. Feliz Avelino Sílvia- Membro;
6. Dominic Phiri- Membro;
7. Muanaiamo Pinto Massua Valige- Membro;
8. Mateus Elias Damião Faimane da Silva- Membro;
9. Idalina Félix Nitasse- Membro;
10. Flávio Manuel Martins – Assistente da CPO;
11. Rogério Benedito Júnior – Consultor da CPO.

Objectivos

São objectivos da visita:

- Verificar o grau de implementação das acções do Plano Económico e Social e da execução do Orçamento do Estado da Província e dos Distritos referente ao ano de 2020 e ao primeiro semestre de 2021;
- Acompanhar o processo de planificação do PES e OE para 2022;
- Acompanhar o grau do funcionamento dos órgãos de governação descentralizada Provincial;
- Verificar o grau de funcionamento do Conselho de Representação do Estado na Província;
- Efectuar a monitora e avaliação do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado de 2021;
- Avaliar as actividades que estão a ser desenvolvidas para melhorar a capacidade de planificação, orçamentação, execução, reporte e controlo interno;
- Inteirar-se sobre o sector da indústria extractiva ao nível da Província;
- Acompanhar a função fiscalizadora da Assembleia Provincial e;
- Visitar instituições e organismos públicos e privados bem como empreendimentos económicos e sociais.

Locais Visitados

Zona Centro

1. Província da Zambézia: (30 de Agosto a 03 Setembro) - Cidade de Quelimane; Distritos de Maganja da Costa e Namacurra;
2. Província de Sofala: (03 a 08 Setembro de 2021) - Cidade da Beira e Distrito de Caia;
3. Província de Manica: (08 a 10 Setembro de 2021) - Cidade de Chimoio;
4. Província de Tete: (13 a 18 Setembro de 2021) - Cidade de Tete; Distrito de Moatize e Marara;

Zona Norte

1. Província de Niassa: (28 de Agosto à 04 de Setembro de 2021) - Cidade de Lichinga; Distritos de Majune e Mandimba.
2. Província de Nampula: (05 à 11 de Setembro de 2021) - Cidade de Nampula; Distritos de Mossuril e Ilha de Moçambique.
3. Província de Cabo Delgado: (11 à 18 de Setembro de 2021) - Cidade de Pemba; Distritos de Metuge e Chiúre.

Actividades realizadas

Para cumprimento dos objectivos traçados, a CPO manteve ao nível de cada Província encontros de cortesia, orientou reuniões e visitou empreendimentos económicos e sociais, com o seguinte detalhe:

- Encontro de cortesia com (i) o(a) Governador(a), (ii) o(a) Secretário(a) do Estado, (iii) o(a) Presidente da Assembleia Provincial, (iv) o(a) Administrador(a) do Distrito, (v) os(as) Presidentes dos Conselhos Autárquicos;
- Sessão Extraordinária do Conselho Executivo Provincial;
- Sessão Extraordinária do Conselho dos Serviços de Representação do Estado na Província;

- Reunião com a Mesa da Assembleia Provincial alargado a Comissão para Assuntos do Plano e Finanças;
- Reunião com os Conselhos Autárquicos;
- Sessões Extraordinárias com os Governos Distritais alargadas aos Conselhos Consultivos Distritais;
- Reunião com os Agentes Económicos e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) ao nível das capitais provincial e distritais;
- Visitas a entidades e instituições públicas e privadas, bem como aos empreendimentos económicos e sociais.

II. APRECIÇÃO GERAL DO DESEMPENHO DAS PROVÍNCIAS

A CPO verificou que a implementação do PES e a execução do OE pelas Províncias em 2020 e no primeiro semestre de 2021, foi influenciada pela Pandemia da COVID-19, cujos impactos, contam-se dentre outros (i) a contração da actividade económica; (ii) o baixo fluxo de entradas e saídas de mercadorias; (iii) a cessação de actividades de algumas empresas de diversos ramos e consequente impossibilidade de cumprirem com as obrigações fiscais, bem como a perda de emprego de trabalhadores; (iv) o abrandamento da produção mineira. No âmbito social regista-se a redução do rendimento das famílias e consequente aumento da sua vulnerabilidade, bem como a restrição de acesso aos serviços sociais básicos, com destaque para os de saúde e de educação devido a imposição das medidas de confinamento.

A estes factos juntam-se a instabilidade política e militar resultante da acção de terroristas nalguns Distritos de Cabo Delgado e da autoproclamada Junta militar da Renamo nalguns Distritos de Sofala e Manica, afectando diversas escolas situadas nas zonas de risco que ficaram parcial ou totalmente paralisadas, unidades sanitárias vandalizadas e destruição de diversas infraestruturas económicas e sociais públicas e privadas, bem como dificultando a livre circulação de pessoas e bens.

Apesar destes cenários, a CPO verificou que os principais indicadores macroeconómicos das províncias visitadas evoluíram.

A CPO anota com satisfação a implementação do novo modelo de governação descentralizada provincial, através do funcionamento dos seus órgãos, nomeadamente, Secretário de Estado, Conselho dos Serviços Provinciais de Representação do Estado, Governador de Província, Conselho Executivo Provincial e Assembleia Provincial, com autonomia financeira, administrativa e patrimonial.

Neste processo em consolidação e aprimoramento, conforme a CPO apurou, existem zonas de penumbra sobretudo no que tange à gestão de receitas públicas, mostrando-se assim urgente a aprovação de um instrumento legal que norteie as competências dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial na arrecadação e encaminhamento da receita.

III. CONSTATAÇÕES

A CPO constatou em todas as Províncias visitadas, que constituem desafios comuns (i) expandir a cobertura do sistema de abastecimento de água às populações ao nível urbano como rural; (ii) contratar mais extensionistas para a assistência aos camponeses; (iii) melhorar a transitabilidade das vias de acesso; (iv) afectar mais médicos e técnicos de áreas específicas nas unidades sanitárias como forma de melhorar os respectivos rácios; (v) continuar a expandir a rede escolar do ensino primário e secundário. (vi) apetrechar as escolas com carteiras; (vii) elevar a taxa de cobertura de energia eléctrica;

Sessões com os Conselhos Executivos Provinciais

Conselho Executivo Provincial da Zambézia

- Baixo aproveitamento de terra arável para prática da Agricultura, apenas 26% dos 7,6 milhões de hectares da área arável disponível é cultivada;
- Atraso no desembolso dos subsídios de apoio ao COVID-19, pese embora em alguns distritos tenha sido feita a distribuição de telefones, aguardando apenas pelo desembolso.
- Ainda persistem dívidas com os fornecedores locais.

Conselho Executivo Provincial de Sofala

- Insuficiência de médicos e técnicos de áreas específicas nas unidades sanitárias como forma de melhorar os respectivos rácios;
- Necessidade de reabilitar as infra-estruturas destruídas pelos ciclones IDAI e Tempestade Chalané.

Conselho Executivo Provincial de Manica

- Dificuldades na operacionalização de perfis/ou funcionalidades no e-SISTAFE, determinantes para dentre outros propósitos proceder a (i) inscrição de novas actividades e projectos, (ii) redistribuição de dotações para

- o reforço da rubrica meios de transporte; (iii) inscrição da receita e da correspondente despesa, em caso de ocorrência de excessos de arrecadação de receita própria e consignada;
- Dificuldades de interpretação da legislação (Decreto 95/2020, de 2 de Dezembro) no que refere ao limite de administração do Património do Estado ao nível dos Distritos;
- Necessidade de aprovação, no quadro da gestão de receitas públicas, de um instrumento legal que norteie as competências dos órgãos de governação descentralizada provincial na arrecadação e encaminhamento da receita.
- Ocorrência das uniões prematuras e de violência doméstica baseada no género;
- Necessidade de reabilitação das infra-estruturas destruídas pelos ciclones IDAI, Depressão tropical Eloise e Tempestade Chalané.

Conselho Executivo Provincial de Tete

- Aumento do número de ocorrência de conflitos homem/faunabravia;
- No âmbito do aprimoramento do processo da descentralização, mostra-se oportuno a aprovação da Lei de Tributação dos órgãos de Governação Descentralizada Provincial, clarificando os tipos de impostos, as modalidades de cobrança e os mecanismos de canalização aos cofres do Estado.

Conselho Executivo Provincial de Niassa

- Baixa colecta de receitas próprias e consignadas, com uma realização de 10,11%, dos quais 0,6 milhões meticais são próprias e 1,2 milhões de meticais consignadas;
- Ausência de informação sobre as despesas realizadas, dificultando desta feita uma análise pormenorizada do equilíbrio orçamental;
- Necessidade de adopção de um sistema de automatização dos dados estatísticos para evitar erros humanos recorrentes nos relatórios;

Conselho Executivo Provincial de Nampula

- Elevadas taxas de desnutrição crónica, diarreias e malária;
- Fraco regresso dos alunos às aulas após a suspensão devido a Covid-19;
- Incumprimento de alguns indicadores relativamente às metas planificadas;
- Baixa taxa de cobrança de receitas nos diver-

sos sectores;

- Incumprimento dos prazos na implementação do projecto de construção e reabilitação de sanitários públicos;

Conselho Executivo Provincial de Cabo Delgado

- Baixa taxa de arrecadação de receitas, com uma realização na ordem de 6%;
- Baixa taxa de execução da despesa de investimento, com uma realização de 15%. No entanto, a despesa de funcionamento teve uma execução de 51%;
- Fraca qualidade dos serviços de restauração e hotelaria;
- Redução do fluxo de turistas, com uma realização de apenas 22% em relação ao planificado, motivado por um lado pelas restrições impostas pela pandemia da Covid-19 e por outro lado pela instabilidade militar.

Reunião com os Conselhos dos Serviços Provinciais de Representação do Estado (CSPRE)

CSPRE na Província da Zambézia

- O Conselho dos Serviços de Representação do Estado na Província reportou o não recebimento dos Fundos de Investimento;
- Ainda persistem dívidas com os fornecedores locais, não obstante, a CPO registou com satisfação as acções em curso com vista a liquidar a dívida, o que contribuirá para a dinamização do empresariado local.
- Persiste o desafio de expansão da rede bancária a nível da Província, sendo que sete (7) dos 22 distritos da Zambézia continuam sem representação.

CSPRE na Província de Sofala

- Estimular a indústria de processamento de alimentos, de madeira e material de construção;
- Reabilitar as infraestruturas afectadas pelo IDAI;
- Expandir os Serviços de Registo Criminal, Tribunais, IPAJ para todos distritos da Província;
- Mitigar os efeitos das mudanças climáticas (consolidar os bairros de reassentamento através de infraestruturas resilientes).
- A CPO constatou ainda a superlotação, insuficiência de alimentação e material de higiene nos estabelecimentos penitenciários, recomendando sobre a alimentação que se prossiga no incentivo à produção agrícola nos centros penitenciários.

CSPRE na Província de Manica

- Necessidade de combater o desenvolvimento da mineração artesanal, que envolve a mão de obra infantil e estrangeiros;
- Alargar o horário de funcionamento da Fronteira de Machipanda por forma a permitir celeridade na circulação das viaturas;
- Garantir que os projectos agrícolas de grande dimensão, como SUSTENTA, adquiram sementes de produção local;
- Implantar unidades de processamento de frutas e promover a sua produção.

CSPRE na província de Tete

- No contexto do impacto da Covid-19, durante o I Semestre do presente ano, registou-se o encerramento de 69 empresas de diversos ramos, tendo resultado na suspensão de 54 contratos, afectando 2.679 trabalhadores, sendo que 24 empresas comunicaram a retoma das actividades;
- O desinvestimento da Vale Moçambique (redução das importações de equipamentos) influenciou negativamente a componente de impostos externos, considerando que esta é a segunda maior contribuinte dentre as 10 maiores empresas ao nível da Província;
- No âmbito da segurança alimentar e nutricional, os Distritos de Changara e Cidade de Tete apresentam uma situação deficitária em cereais;
- Registou-se baixa pescaria de Kapenta;
- Fraco nível de execução da Despesa de Investimento, o equivalente a 14% do plano anual, sendo a componente interna (14%) e a externa (23%);
- Paralisação das obras de reabilitação do Instituto Industrial de Matundo, devido a não atribuição de recursos para investimento no Orçamento do Estado de 2021;
- Necessidade de expansão da rede de infraestruturas económicas e sociais, com vista

a influenciar a dinamização da economia da Província.

CSPRE na Província de Niassa

- Demora na libertação da quota financeira para realização da componente da despesa de investimento para o exercício económico de 2021.

CSPRE na Província de Nampula

- Pagamento parcial do subsidio do Programa de Acção Social – PASD – Emergência. Dos 286.211 agregados familiares planificados, foram atendidos, durante o 1º. Semestre, 21.062 beneficiários, do Distrito de Monapo, correspondente a uma taxa de realização de 7.3%;
- Registo de entrada massiva de cidadãos (64.780) deslocados de Cabo-Delgado devido ao terrorismo, distribuídos em 20 distritos da Província. Destes cidadãos, a maior parte (34.987), são crianças de ambos os sexos e 16.289 mulheres.
- Registada uma evolução das doenças de notificação obrigatória (Malária, Diarreias e Cólera), sendo os Distritos de Nampula, Monapo e Nacala Porto com os casos mais alarmantes.

CSPRE na Província de Cabo Delgado

- Baixa taxa de execução do investimento interno, com uma execução de 8.8%;
- Baixa taxa de realização da comercialização de produtos agrícolas, a rondar nos 14% até o primeiro semestre de 2021, o que em termos numéricos significa 248.241 toneladas vendidas;
- Fraco desempenho na construção de casas, no âmbito do projecto renascer. Até o 1º semestre, foram erguidas 20 casas, de um total de 100 casas planificadas, representando uma realização de 20%.

Reuniões com as Assembleias Provinciais

Nas reuniões realizadas com as Assembleias Provinciais, com a excepção da Assembleia Provincial de Nampula que por motivos alheios à Comissão, não se realizou a reunião agendada, a CPO anotou as constatações seguintes:

- O Orçamento atribuído é insuficiente para cobrir plenamente as actividades legalmente conferidas pela Lei 6/2019, de 31 de Maio, que estabelece o quadro legal sobre a organização, composição e o funcionamento das Assembleias Provinciais;
- Insuficiência de meios circulantes, nomeadamente, falta de viaturas protocolares para os titulares da Assembleia Provincial e para o apoio aos serviços administrativos, bem como para a realização das acções de fiscalização ao nível dos distritos.
- Falta de instalações para atender o funcionamento pleno dos diversos órgãos que compõem as Assembleias Provinciais, sendo que para o caso da Zambézia, que possui instalações próprias, depara-se com a exiguidade de orçamento para realizar as obras de manutenção do edifício;
- Falta de clareza sobre os critérios usados para a atribuição dos limites orçamentais aos órgãos de governação descentralizada;
- Necessidade de acções de formação e capacitação em matérias da competência específica da Comissão para Assuntos do Plano e Finanças, como por exemplo em matéria de planificação, orçamentação e análise da conta de gerência; bem como do pacote da descentralização;
- Insuficiência de tempo de estudo dos documentos submetidos pelo Conselho Executivo Provincial para a elaboração dos pareceres.

Reuniões com os Governos Distritais alargado aos Conselhos Consultivos Distritais (CCD)

Encontros com os Governos Distritais da Zambézia

Governo do Distrito da Maganja Da Costa

- Ainda persistem baixos níveis de reembolso do Fundo de Desenvolvimento Distrital (7 milhões)

Governo do Distrito de Namacura

- A escassez de recursos por parte da EDM tem comprometido os níveis de execução de novas ligações.

Encontros com os Governos Distritais de Sofala

Reunião com o Governo do Distrito de Caia

- Perda de 3.966 hectares (cerca de 11.406,9 toneladas de culturas diversas) devido às calamidades naturais, nomeadamente, inundações e estiagem na campanha 2019/20;
- Necessidade de reabilitação do Sistema de regadio do Posto Administrativo de Murraça;
- Existência de conflito homem/fauna bravia ao nível do Distrito de Caia.

Encontros com os Governos Distritais de Tete

Governo do Distrito de Moatize

- Insuficiência de sementes melhoradas;
- Exiguidade orçamental para admissão de novos técnicos e agentes de serviços para as carreiras de regime geral;
- Necessidade de meios de transporte;
- Até ao I semestre de 2021, as Receitas do Estado e Próprias arrecadadas ultrapassaram o previsto para o ano;
- Para o presente ano, foi comunicado ao Distrito a dotação dos limites nos valores de 33.059.310,00 MT no âmbito da transferência proveniente dos 2,75% sobre as receitas da exploração mineira para as comunidades de Benga (6.216.840,00 MT); Cateme (8.947.490,00 MT); Chipanga II (8.947.490,00 MT) e 25 de Setembro (8.947.490,00 MT).
- Exiguidade de recursos financeiros para fazer face a execução cabal das actividades planificadas.

Governo do Distrito de Marara

- Atraso na disponibilização de recursos financeiros para o financiamento das actividades programadas no PESOD 2020;
- Queda irregular das chuvas resultou na fraca produção e consequentemente alguns pontos do Distrito registaram insegurança alimentar.

Encontros com os Governos Distritais de Niassa

Governo do Distrito de Majune

- Falta de um quadro comparativo no balanço apresentado, relativamente ao planificado e o realizado, dificultando uma análise pormenorizada;
- Incremento de partos institucionais,

denotando que há adesão das mulheres aos serviços de saúde convencionais;

- Baixa execução de algumas rubricas, com realce para o Fundo de Estradas, com uma execução de 2.5%;

Governo do Distrito de Mandimba

- Incongruência do relatório apresentado que não agrega o planificado e o realizado, dificultando uma análise mais detalhada;
- Ausência de informação sobre alguns indicadores, mormente restauração e comercialização, entre outros;
- Elevada execução da despesa, acima de 100%, não estando reflectida a proveniência dos recursos;
- Redução da taxa de cura de desnutrição aguda em crianças menores de 5 anos;

Encontros com os Governos Distritais de Nampula

Governo do Distrito de Mossuril

- Arrecadados 1.037.338.00 de Meticais, equivalente a 27,6% do planificado para o ano;
- No período em referência o Governo teve uma despesa de 118.438.386,86 meticais, equivalente a 38% de execução, com maior peso para os salários e remunerações.

Governo do Distrito de Ilha de Moçambique

- Fraco desempenho das áreas de agricultura (26,9%) e pesca (19,6%);
- Degradação de diversos edifícios públicos;
- Falta de fundos para reabilitar e construir novos edifícios do Governo do Distrito;
- Tardio desembolso de fundos de investimento.

Encontros com os Governos Distritais de Cabo Delgado

Governo do Distrito de Metuge

- Aumento acentuado de pessoas deslocadas, oriundas dos distritos circunvizinhos, à procura de locais seguros, ocupando espaços ao ar livre e nos quintais das casas das famílias acolhedoras, num total de 34.641 famílias deslocadas;
- Insuficiência de quadro de profissionais para colmatar as deficiências nos diversos sectores de actividade. Refira-se que desde 2016, não há provimento de novas admissões;
- Orçamento deficitário para fazer face aos investimentos, assim como para apoiar os deslocados que afluíram em massa ao Distrito de Metuge. Importa referenciar que o Distrito

tinha, de acordo com o censo de 2017, 86.866 habitantes e conta, actualmente com 200 mil habitantes, sendo os deslocados a maior parte da população;

Governo do Distrito de Chiúre

- Falta de enquadramento de 661 idosos deslocados no programa de Subsídio Social Básico, nos centros de reassentamento de Katapua, Chiúre-Velho e Marrupa;
- Baixa produção de culturas de rendimento. Durante o 1º Semestre de 2021, o Distrito produziu 5.586 toneladas da meta anual de 82.215, o que corresponde a uma realização de 6,8%;
- Falta de desembolso dos subsídios de Maio e Junho de todos os 249 líderes comunitários do Distrito.

Encontro com os Conselhos Autárquicos

Ao nível dos Conselhos Autárquicos, a CPO anotou como constrangimentos comuns (i) atrasos no desembolso dos Fundos de Compensação e de Investimento de Iniciativa Autárquico; (ii) Falta de clareza na transferência do valor da taxa de lixo por parte da EDM, isto porque apesar do contínuo aumento das ligações a taxa não varia nas mesmas proporções; (iii) Ainda não se efectivou o processo de transferência de competências dos serviços de educação básica, saúde primária e de transporte urbano para os Municípios.

Conselho Autárquico de Quelimane

- Houve redução nas dotações orçamentais sobre os fundos autárquicos;

Conselho Autárquico da Cidade da Beira

- A sobreposição de impostos fiscais inquieta os empresários, apelando-se o aprimoramento da legislação;
- Decréscimo das receitas municipais devido ao

encerramento das empresas em dificuldades, resultado dos efeitos da pandemia da Covid-19 e de recorrentes ciclones. Anota-se que alguns optam por não pagar o imposto, abraçando o sector informal;

- Redução das Receitas provenientes das transferências ao Conselho Autárquico da Cidade da Beira (Fundo de Investimento de Iniciativa Local, que em 2019 foi recebido 120,9 milhões de MT e em 2021 recebido 107,3 milhões de MT);
- O Fundo de Estradas atribuído é insignificante tendo em conta que a Cidade da Beira por ser corredor acolhe camiões de alta tonelagem.

Conselho Autárquico da Cidade de Chimoio

- Erosão dos solos ao nível do Município.

Conselho Autárquico da Cidade de Tete

- Necessidade de reabilitação e ampliação

do sistema de esgoto da Cidade de Tete e implantar uma Estação de Tratamento de lamas fecais;

- Necessidade de reforço da frota de meios circulantes de recolha de resíduos sólidos e melhoria das vias de acesso;
- A CPO constatou ainda que 15 comerciantes registaram falência e encerramento das suas actividades económicas devido a pandemia da Covid-19;

Conselho Autárquico da Vila de Moatize;

- Insuficiência de meios para a recolha de resíduos sólidos (viaturas e contentores);
- Fraca qualidade de energia eléctrica;
- Exiguidade do orçamento atribuído;
- Necessidade de um Edifício para albergar os Conselhos Autárquico e Assembleia Autárquica.

Conselho Autárquico da Cidade de Lichinga

- Melhoria de Saneamento da Cidade de Lichinga e visibilidade da pavimentação das estradas;
- Baixo índice de empregabilidade devido ao impacto negativo da Covid-19;
- Incremento do orçamento do Conselho Autárquico. Contudo, verifica-se uma baixa execução do orçamento, tendo sido executados apenas 38,48%, motivado pela demora no desembolso dos fundos de estrada e do PDUL (Projecto de Desenvolvimento Urbano e Local).

Encontro com o Conselho Autárquico da Vila de Mandimba

- Falta de uma tabela comparativa no balanço apresentado, com relação ao planeado e o executado, dificultando uma análise mais consentânea;
- Proliferação de pequenos comerciantes na via pública, estando propensos a atropelamentos.

Encontro com o Conselho Autárquico da Cidade de Nampula

- Incremento das receitas municipais, com 291.042.014,36 Meticais arrecadados, tendo as transferências do Estado e as receitas próprias contribuído com um peso de 55,4% e 41,7%, respectivamente;
- Necessidade de uma melhor planificação de tal sorte que não se apresentem metas impraticáveis ou passíveis de superar em demasia.

Encontro com o Conselho Autárquico da Ilha de Moçambique

- Elevado índice de sero prevalência do HIV-Sida com uma taxa de 2,2% de um universo de 4,6% ao nível da província;
- Afluência de vendedores informais junto à ponte de entrada para a Ilha, dificultando a mobilidade de viaturas e perigando, igualmente, a vida dos próprios vendedores.

Encontro com o Conselho Autárquico da Cidade de Pemba

- Incongruência do relatório apresentado, porque não agrega dados sobre as acções planificadas e as realizadas, dificultando uma análise mais detalhada;
- Exiguidade orçamental para fazer face às despesas de investimento;
- Convergência de cidadãos na cidade de Pemba, provenientes dos distritos afectados pela insurgência, originando assentamentos informais e desorganizados;
- Acentuada erosão da baía, concorrendo para a degradação de algumas infraestruturas adjacentes;
- Emergência de construções ao longo da orla marítima, podendo comprometer projecções de reestruturação urbana, concretamente o alargamento das estradas.

Encontro com os Agentes Económicos e Organizações da Sociedade Civil (OSC)

Encontro com os Agentes Económicos e OSC da Zambézia

Agentes Económicos e OSC Cidade de Quelimane

- Falta de comunicação sobre as razões do aumento das taxas e impostos.
- Fraco conhecimento do empresariado local sobre os Fundos da COVID-19 para apoio as pequenas e médias empresas devido ao deficiente sistema de comunicação e difusão de informação;
- Falta de transparência nos processos de seleção e procurement para realização de empreendimentos locais;
- As infraestruturas de transporte (estradas e pontes) estão em más condições e dificultam o escoamento da produção e comércio;
- Falta de transparência na gestão e alocação dos 2.75 % das receitas de produção mineira.

Agentes Económicos e OSC do Distrito da Maganja Da Costa

- Os negócios do empresariado local foram comprometidos pela destruição da ponte sobre o Rio Licungo. A população local reclama do elevado custo de vida.

Agentes Económicos e OSC do Distrito de Namacurra

- Os agentes económicos queixam-se dos custos elevados dos materiais de construção, com destaque para o cimento.
- Falta de transparência nos processos de selecção e procurement dos concursos, que tem sido maioritariamente ganhos por empresas de fora em detrimento de empresas locais;
- Falta de oportunidade de negócio para operadores na área turística;
- A baixa rede de extensão eléctrica comprom-

ete a expansão dos negócios.

Agentes Económicos e OSC da Província de Sofala

Agentes Económicos e OSC sediados na Cidade da Beira

- Dificuldade de colocação nos grandes supermercados dos produtos locais e seus derivados;
- Os empresários estrangeiros não participam no ambiente associativo e de desenvolvimento local;
- Necessidade de revitalizar o sistema de regadio no Vale de Muda, danificado pelos ciclones e chuvas intensas;
- O empresariado de Sofala enfrenta não só os efeitos da pandemia da Covid-19 mas também ressentido-se dos efeitos dos ciclones Idai e Eloise, factor que deveria ser determinante na atribuição de pacotes de alívio;
- A isenção de alguns tributos na aquisição de viaturas para o transporte de passageiros iria aumentar a frota de viaturas e minimizar o problema da falta de transporte;
- Os custos de energia eléctrica são incompatíveis e não estimulam os operadores do agronegócio, avicultores, moageiros e outros.

Agentes Económicos e as OSC do Distrito de Caia

- O Hospital Distrital de Caia apresenta vários problemas tais como: falta de um cirurgião, avaria da Máquina de Raio X e falta de condições da sua casa mortuária. Acresce-se a falta de morgue no Posto Administrativo de Sena;
- Condições deploráveis do Lar e Internato da Escola Secundária Mateus Matias Khapesse;
- Superlotação da Penitenciária Distrital de Caia, derivado do facto de acolher de reclusos

provenientes dos Distritos de Chemba, Marromeu e Cheringoma;

- Necessidade de silos ao nível do Distrito para a conservação de cereais;
- Degradação da Estrada Nacional 283 que liga Caia Sede- Sena;
- O banco comercial que opera no Distrito não consegue atender à demanda resultante do contínuo crescimento do Distrito de Caia;
- Necessidade de uma instituição de ensino superior presencial no Distrito;
- Necessidade de expansão de energia eléctrica para Ngoro e alguns pontos do Posto Administrativo de Murraça;
- Falta de um centro de acolhimento para as crianças vulneráveis.

Agentes Económicos e OSC da Província de Manica

Agentes Económicos e OSC sediados na Cidade de Chimoio

- Necessidade de direccionar os financiamentos aos projectos agrícolas voltados para as zonas com maior potencial;
- Demora no financiamento devido à relativa burocracia imposta pela banca.

Agentes Económicos e OSC da Província de Tete

Agentes Económicos e OSC sediados na Cidade de Tete

- Fraco aproveitamento pelas multinacionais do empresariado local para o fornecimento de bens e prestação de serviços;
- Crescente número de portagens em estradas de fraca qualidade;
- Poluição do ar, que resulta da actividade de exploração mineira em Moatize;
- Necessidade de se melhorarem as condições no fornecimento de água e energia em algumas unidades sanitárias nos Distritos de

Changara e Moatize .

Agentes Económicos e OSC do Distrito de Moatize;

- Necessidade de financiamento para alavancar o sector de hotelaria e turismo, que foi severamente afectado pelos impactos da pandemia da Covid-19;
- O processo de exploração das indústrias extractivas em Moatize tem provocado poluição das águas e do ar, para além de a população se sentir desprovida de lenha e plantas medicinais, bem como de machambas;
- Pedreiras empregam mão-de-obra infantil, originando desistências escolares;
- Necessidade de se estender o benefício dos 2,75% para todo o distrito onde ocorre a exploração mineira e não apenas às comunidades afectadas.

Agentes Económicos e OSC do Distrito de Marara

- Insuficiência de água potável para o abastecimento das comunidades;
- A precariedade das vias de acesso dificulta a livre circulação de pessoas e bens.

Agentes Económicos e OSC da Província de Niassa

Agentes Económicos e OSC da Cidade de Lichinga

- Crescente especulação de preços de produtos básicos pelos vendedores retalhistas, concorrendo para a insegurança alimentar e nutricional;
- Falta de transparência nos critérios de elegibilidade para o acesso ao financiamento no âmbito do Programa Sustenta. Os beneficiários do projecto (PACES) são na sua maioria empresários/privados que se coíbem de ajudar os pequenos agricultores;
- Os parques de máquinas existentes na provín-

cia não prestam serviços ao agricultor;

- Demora na manutenção dos equipamentos no âmbito do Programa Sustenta. Ressalta, contudo, que os termos contratuais prevêem que o fornecedor deve prover a manutenção dos equipamentos, inibindo desta feita que os beneficiários destes equipamentos façam a reparação com meios próprios, sob o risco de perderem a garantia, logo, as máquinas tendem a ficar ociosas, prejudicando os agricultores;
- Exclusão das OSC no ciclo de planificação, concretamente a participação nas sessões do observatório de desenvolvimento do Executivo, que abrem espaço para que as comunidades, agregadas nos conselhos consultivos comunitários possam participar da planificação, inscrevendo no PES/OE as suas actividades prioritárias;
- Insuficiência de silos para armazenagem de excedentes de produção. Os 2 silos existentes foram entregues à privados que impõem condições e preços que extrapolam a capacidade dos pequenos agricultores;
- Dificuldade de acesso ao crédito bancário por parte dos agricultores, devido, essencialmente, ao excesso de burocracia e taxas de juro elevadíssimas, associadas à falta de garantias reais;
- Falta de medicamentos nos hospitais públicos, incluindo a de reagentes para análises laboratoriais;
- Necessidade do aumento do número de carruagens e dias de circulação para transporte de passageiros.

Agentes Económicos e OSC do Distrito de Majune

- Exclusão das OSC dos observatórios de desenvolvimento. Relatam que diversas vezes confundem as OSC com os CCD;
- Falta de um mercado central que possa aglu-

tinhar todos os comerciantes. Reportam que os comerciantes estão dispersos o que não contribui para a exposição dos seus produtos, inibindo desta feita, o desenvolvimento do Distrito;

- Falta de financiamento para os comerciantes.

Agentes Económicos e OSC da Vila de Mandimba

- Relação proficiente entre as OSC e o Governo, pois são envolvidos nos observatórios de desenvolvimento e fazem a monitoria das actividades do Governo;
- Falta de parceiros para financiar as actividades das OSC;
- Elevado custo das taxas de transporte de passageiros de Mandimba-Lichinga e vice-versa, assim como a falta de transporte para aceder as localidades mais distantes;
- incumprimento de algumas cláusulas previstas na lei 16/2011 de 10 de Agosto, que estabelece a base jurídica para a prossecução, defesa, e protecção dos direitos do veterano da luta de libertação nacional e do combatente da defesa da soberania e da democracia. (queixam-se essencialmente da discriminação e falta de isenção nos transportes públicos, incluindo o valor reduzido que é pago aos pensionistas);
- Discriminação das pessoas com deficiência e idosos;
- Necessidade de maior abrangência dos beneficiários do Projecto Sustenta, principalmente dos jovens desempregados.

Encontro com OSC e Agentes Económicos da Província de Nampula

Encontro com OSC e Agentes Económicos da Cidade de Nampula

- Necessidade de uma planificação conjunta,

entre o Governo e as OSC, para uma melhor harmonização das prioridades e alocação orçamental;

- Desgaste das comunidades face à inércia das autoridades para dirimir queixas relacionadas com situações de uniões prematuras e violência doméstica;
- Excesso de burocracia e cobranças ilícitas nas instituições públicas, inibindo iniciativas proactivas das Organizações Não Governamentais (ONG) interessadas em investir nos distritos;
- Morosidade no desembolso do IVA pelo Estado para o reforço do fluxo de caixa;
- Necessidade de aprovação da Lei do Conteúdo Local para assegurar uma concorrência leal
- Cobrança de excessivas taxas aduaneiras e outros impostos em diversos sectores, incluindo na Terminal de Nacala, encarecendo sobremaneira o produto final;
- Necessidade de maior financiamento para robustecer a Agência de Desenvolvimento Integrado Norte (ADIN), tendo em conta que a agência tem uma estratégia de redução das assimetrias sociais, em prol de um desenvolvimento a longo prazo.

Encontro com OSC e Agentes Económicos do Distrito de Mossuril

- Falta de financiamento para dinamização da produção do sal e falta de estímulos e incentivos, concretamente equipamento apropriado para a iodização do sal;
- Fraco nível de saneamento do meio ao nível do distrito, desencorajando a afluência de turistas;
- Falta de um orçamento para responder, em tempo útil, aos desastres climáticos;
- Necessidade de reforçar o treinamento sobre mudanças climáticas para as crianças, de forma a assegurar que as gerações futuras estejam comprometidas em acções amigas do

ambiente;

- Necessidade de incremento do orçamento para os sectores sociais, mormente a educação e saúde.

Encontro com OSC e Agentes Económicos da Ilha de Moçambique

- Falta de um lar para alojar os estudantes da Universidade Lúrio e meios financeiros para edificar um Campus Universitário;
- Falta de mercado para a comercialização do sal e falta de capacidade para iodar o sal. (esclarecem que por diploma ministerial, o Governo regulamentou a obrigatoriedade de integração do iodato de potássio no sal alimentar, contudo, o iodo não está a mercê dos pacatos salineiros);
- Ausência das OSC nos observatórios de desenvolvimento;
- Demora na conclusão das obras de reabilitação do Hospital Distrital da Ilha de Moçambique. (ressalta, porém, que as obras iniciaram em Abril de 2018);
- Mau atendimento nos hospitais, aliada às cobranças ilícitas e falta de medicamentos nas farmácias públicas;
- Falta de iluminação na via pública, associada a frequentes oscilações de corrente elétrica, com mais enfoque aos finais de semana;
- Necessidade de saneamento do bairro Macuti, prevenindo futuras inundações;
- Necessidade de reabilitação do muro à volta da Ilha devido a sua rápida degradação para responder, eficazmente, as mudanças decorrentes de alterações climáticas;
- Excesso de arbitrariedades e cobranças ilícitas aos turistas por parte dos agentes da PRM/Trânsito nos diversos postos de controlo ao longo da via pública, desencorajando a entrada de turistas na ilha

Encontro com OSC e Agentes Económicos da Província de Cabo Delgado

Encontro com OSC e Agentes Económicos da Cidade de Pemba

- Necessidade de linhas de financiamento bonificadas para alavancar o empresariado da cidade de Pemba fortemente afectado pela Covid-19, pelos ciclones e terrorismo;
- Participação parcial das OSC nos Observatórios de Desenvolvimento do Conselho Executivo Provincial, porquanto são chamados no momento da planificação e excluídos na fase de monitoria.

Encontro com OSC e Agentes Económicos do Distrito de Metuge

- Paralisação das obras de construção de 40 tanques piscícolas;
- Clamam pela conclusão das obras da Escola Secundária de Metuge, concretamente, ginásio, furo de água potável e muro de vedação.

Encontro com OSC e Agentes Económicos do Distrito de Chiúre

- Falta de apoio aos idosos, sobretudo a pensão à velhice;
- Precariedade e degradação acentuada das escolas do Distrito, com destaque para a Escola Secundária;
- Falta de clareza nos critérios de elegibilidade do Programa Sustenta;
- Fraco envolvimento do empresariado local nos projectos do Distrito, relegando-os para segundo plano. Alegam que os concursos são ganhos por pessoas de fora, em detrimento dos locais;
- Fraca capacidade dos Agentes Polivalentes Elementares (APE) na provisão dos serviços de saúde básicos para as comunidades onde há escassez de hospitais ou centros de saúde;
- Transportes públicos precários e insuficientes para responder à procura local;
- Fraca qualidade das obras de reabilitação da estrada. Privilegia-se o tapamento de buracos, em detrimento de uma reabilitação consistente e duradoura.

Visitas a instituições públicas e privadas, bem como empreendimentos económicos e sociais

Província da Zambézia

Cidade de Quelimane, (i) visita a fábrica de Descasque de Arroz e; (ii) visita às Obras de construção de Residências dos Médicos do Hospital Central de Quelimane;

Distrito da Maganja da Costa, visita as obras da Ponte sobre o Rio Licungo, destruída pelas cheias de 2015. As obras estão a 50% de nível de execução e com a sua conclusão vai beneficiar;

Província de Sofala

No Distrito de Caia, visitas (i) às obras de ampliação do Hotel Vovo; e (ii) Obras de construção do Centro

de Recursos da Agência do Zambeze.

Província de Manica

Na Cidade de Chimoio, Visita a Central de Asfalto e Betão pertencente ao Conselho Autárquico de Chimoio, que inclui ainda uma Máquina para fabrico de pavê. A Central possui diversos equipamentos com destaque para Máquinas Niveladoras, Camiões Basculantes e Porta- contentores.

Província de Tete

Cidade de Tete

Visita a Autoridade Tributaria- Unidade de Cobrança, onde se constatou o seguinte (i) Défice no quadro do pessoal (88 Funcionários); (ii) Falta de meios circulantes para os postos de cobranças nos distritos; (iii) Necessidade de residências para os funcionários;

Visita a Fábrica de Processamento de Farinha Compagri Tete-Mozambique, com uma capacidade de 120 toneladas por dia, a fábrica conta com 28 trabalhadores, dos quais 2 são do sexo feminino. Depara-se com fraca procura ao nível da Província de Tete.

Distrito de Moatize

Visita ao Centro de Reassentamento de Mbozo: No âmbito do reassentamento urbano para a população abrangida pelo projecto da ICVL (International Coal Ventures Private Limited), Lda, a CPO constatou com satisfação a conclusão da construção de 272 casas do tipo 2 e 3 e infraestruturas sociais no bairro, tais como, escola, unidade sanitária, posto policial e igreja.

Visita a Vale Moçambique, a comissão constatou que: O processo de revitalização de plantas de processamento, que visa incrementar a potência das máquinas, registou atrasos devido a demora da chegada do equipamento necessário por conta das restrições impostas para fazer face à pandemia da Covid 19; Tendo em conta a situação calamitosa da Covid 19, os equipamentos importados pela Vale Moçambique em 2020 e 2021, demoraram chegar ao país, o que influenciou negativamente na arrecadação das receitas (alfandegas) ao nível da Autoridade Tributaria. A Vale Moçambique mantém o cumprimento do Plano de Gestão Ambiental, fazendo regularmente a reposição dos solos e o reflorestamento das áreas exploradas; Através da Catering Internacional Services, responsável pela con-

fecção de refeições na Mina de carvão, os produtores de Cateme realizam transações comerciais, fornecendo à empresa vegetais e hortícolas; No âmbito da responsabilidade social, estão em curso obras de reabilitação de Centro de Saúde de Cateme e 30 salas de aula (18 na Escola Secundária de Cateme e 12 na EPC de Cateme)

Distrito de Marara:

Visita a Jindal- Chirodzi Coal Project, empreendimento com contrato válido por 25 anos e que enfrenta custos adicionais com o transporte do carvão por camiões para o Porto seco de Moatize, passando por uma estrada em precárias condições, estando-se a ponderar a construção de um ramal ferroviário; (ii) Visita a Vila de Reassentamento da Comunidade de Cassoca, construída pela Jindal e conta com uma escola primária do 1 e 2º grau e uma unidade sanitária.

Província de Niassa

Empresa de Processamento do milho, denominada Niassa Indústria Alimentar, na Cidade de Lichinga, com uma capacidade de produção de 1000 a 2000 ton/ano. Conta com uma massa laboral de 11 trabalhadores fixos, podendo-se acrescer o número com trabalhadores sazonais em tempos de pico. Dos desafios apresentados pela empresa constam os seguintes: (i) Dificuldade no acesso aos programas de financiamento do Estado; (ii) Cortes recorrentes de eletricidade incorrem em prejuízos de facturação; (iii) Falta de espaço para a edificação da fábrica, uma vez que no actual local, há registos de reclamação das populações do barulho causado pelas máquinas.

Empresa KEMA, de processamento da madeira, cita no Município de Lichinga, com um investimento inicial de 5 mil dólares. A empresa emprega 260 trabalhadores, dos quais 256 locais e 4 estrangeiros. Tem uma produção de 15 mil/m3 ano. Perspectivam nos próximos meses concluir com os outros sectores de produção, mormente a produção de contraplacado e de painéis aglomerados.

Instituto Agrário de Majune que iniciou com as suas actividades lectivas em 2018, tendo os primeiros 70 formandos, graduado no presente ano. Contudo, não receberam os seus certificados de conclusão de curso. Apresentaram como principais constrangimentos (i) a falta de acreditação por parte da Autoridade Nacional de Educação Profissional (ANEP), o que impossibilita a emissão de certificados, (ii) falta de orçamento para cobrir as despesas de funcionamento, (iii) falta de equipamento informático, (iv) falta de equipamento para apetrechar o laboratório, (v) falta de tractores e alfaías para as aulas práticas, recorrendo a privados para prestarem o seu apoio.

Centro de Saúde de Majune que tem 2 médicos para cerca de 40 mil habitantes e uma capacidade de internamento para 22 pessoas. Apresentaram como principais contrariedades (i) falta de material médico cirúrgico, (ii) falta de equipamento para esterilização, (iii) falta de meios auxiliares de diagnóstico e (iv) inexistência de uma ambulância para transferir doentes em caso de complicações.

DD Farming no Distrito de Majune, localidade de Paunde, dedicada à produção de milho e soja e emprega 36 trabalhadores, dos quais 11 permanentes e o remanescente sazonais. No presente, estão a explorar 70 hectares, sendo 35 de milho e 35 de soja e perspectivam expandir a sua produção ainda este ano. Salientar que em Junho de 2021 colheram os primeiros 70 hectares de milho referentes a 1ª época.

Província de Nampula

Visita à empresa TEXMOQUE, na cidade de Nampula, que emprega 150 trabalhadores, dos quais 143 moçambicanos, com uma capacidade de produção de 800 mil metros de capulana por mês, a uma média de 40 mil metros/dia. apresentaram

como principal constrangimento a concorrência desleal e a falta de isenção no pagamento de taxas de importação de matéria prima.

Fabrica de Cervejas de Moçambique, na Cidade de Nampula, emprega 200 colaboradores nacionais e privilegia na sua produção matéria prima local, concretamente o milho e a mandioca. Preocupa o grupo da CPO o facto de estar-se a importar mandioca da Tailândia por falta de capacidade de oferta internamente. O grande constrangimento relaciona-se com restrições de água por parte da FIPAG, contudo tem uma boa relação com esta empresa e tem conseguido dar vassão à produção.

Obras de construção do Tribunal Judicial do Distrito de Mossuril. As obras decorrem a um ritmo aceitável e tem a duração de 8 meses, tendo iniciado em julho de 2021. A obra emprega 41 trabalhadores, dos quais 8 pedreiros e 25 serventes locais e os restantes oriundos de outras províncias do País. A obra, segundo o secretário permanente, está orçada em mais de 50 milhões de meticais;

Sistema de Abastecimento de Água de Namatinte - Orçado em 4.500.000,00 e perspectiva prover água a 3 mil habitantes. O governo antevê que o sistema será gerido por um privado, alimentado por painéis solares. O custo para a população será de 1 metical a cada 10 litros;

Posto de Transformação de Energia Eléctrica no âmbito do programa PROENERGIA, no Distrito de Mossuril, com uma capacidade de 200 KVA, e visa melhorar a qualidade de energia do Distrito e abranger um universo de 200 utentes;

Obras de construção de 3 salas de aula na EPC de Chocas Mar com um custo de 3.914.780,00, tendo iniciado em junho de 2021 e com um prazo de 120 dias.

Complexo hoteleiro a FEITORIA, na Ilha de Moçambique, com uma capacidade de alojar 40 pessoas e uma sala de conferências para 26 pessoas.

Hotel RICKSHOWS, na Ilha de Moçambique, com uma capacidade de 13 quartos.

Província de Cabo Delgado

Centro de Saúde Tipo I, no Distrito de Metuge, tem como principais constrangimentos, a falta de uma ambulância para facilitar a transferência de doentes críticos; a necessidade de um aparelho

de raios x; a modernização e ampliação do laboratório e da farmácia para responder a demanda dos pacientes; uma cadeira para os serviços de estomatologia e motas para os técnicos.

Moageira Madopera Comercial, no Distrito de Chiúre, com um investimento de 11 milhões de meticais, vocacionada ao processamento de milho. Emprega 18 funcionários, dos quais 8 mulheres. Tem uma capacidade de produção de 10 toneladas dia, estando actualmente a produzir 7 toneladas/dia. apresentou como constrangimento o elevado custo da energia eléctrica.

IV. RECOMENDAÇÕES

- Assegurar o cumprimento das metas de cobrança de receitas planificadas, bem como identificar novas fontes de receita;
- Divulgar na página web do CEP/CSRE e Governos distritais os relatórios balanços e outras realizações, promovendo, desta feita, a transparência orçamental e um maior escrutínio pela sociedade;
- Consolidar a implantação e aprimorar o funcionamento dos órgãos criados no âmbito do novo modelo de governação descentralizada provincial;
- Dotar a Assembleia Provincial de um orçamento de funcionamento que lhe permita cumprir com as suas actividades;
- Melhorar a comercialização de produtos agrícolas, criando condições de escoamento de produtos para os mercados;
- Aprimorar e aprofundar o estudo da legislação sobre a governação descentralizada para se evitar assimetrias e arbitrariedades na interpretação das normas;
- Garantir a participação efectiva das OSC nos Observatórios de Desenvolvimento durante os processos de Planificação e Orçamentação, bem como no de monitoria do PESOE;
- Reforçar a fiscalização dos serviços de restauração e hotelaria de forma a impor o cumprimento dos padrões universais exigidos neste sector;
- Promover um pacote completo sobre as potencialidades turísticas das províncias para uma maior atracção dos turistas nacionais e internacionais;
- Promover acções sanitárias com vista a reduzir os casos de doenças endémicas, nomeadamente a Malária, Diarreias, disenteria e cólera;
- Prosseguir com palestras de sensibilização e estímulos para a retenção da rapariga na escola;
- Assegurar a expansão da rede de abastecimento de água;
- Melhorar e construir vias de acesso com especial atenção para as que dão acesso às zonas mais produtivas de modo a garantir o escoamento da produção;

- Empreender esforços para a construção de mais salas de aula e alocação de mais professores;
- Prover carteiras às escolas por forma a retirar as crianças do chão;
- Expandir a rede eléctrica aos Postos Administrativos.
- Promover palestras/assessoria junto aos pequenos agricultores e comerciantes emergentes (PACEs) e pequenos agricultores (PAs) sobre os critérios de elegibilidade do programa SUSTENTA;
- Priorizar o empresariado local na adjudicação dos concursos locais;
- Assegurar a liquidação total de dívidas aos agentes económicos locais;
- implantar agências bancárias nos distritos uma vez que a falta destas atrasa o desenvolvimento.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CPO aprecia positivamente o desempenho dos Órgãos de Governação descentralizada e do Conselho dos Serviços Provinciais de Representação do Estado ao nível das províncias visitadas, demonstrado pelos resultados satisfatórios alcançados durante o exercício económico de 2020 e primeiro semestre de 2021, que respondem às reais necessidades da população.

A CPO encoraja a continuação da realização das acções planificadas com vista ao alcance dos objectivos preconizados no Programa Quinquenal do Governo 2020-2024, recomendando aos diversos actores de governação na província a uma coordenação permanente, tendo em conta os desafios que a implementação do novo modelo de Governação Descentralizada Provincial impõe, aprimorando as atribuições de cada um dos órgãos, em prol de um serviço de qualidade às populações.

Adicionalmente a CPO recomenda a aposta na capacitação para o domínio dos novos modelos do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE) para assegurar uma governação financeira eficiente e eficaz.